

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001030-82.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Mariani Novaes Bernardi**  
 Requerido: **Bradesco Administradora de Consórcio Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**MARIANE NOVAES BERNARDI** ajuizou Ação **DECLARATÓRIA cc RESTITUIÇÃO DE VALORES** em face de **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.**, todos devidamente qualificados.

A autora relata em sua inicial que firmou com a instituição financeira ré consórcio para aquisição de um veículo Fiat Mille Way ingressando no grupo de nº 8355, com a cota 306, possuindo o referido grupo de consórcio uma previsão de 72 assembleias até o término do mesmo. Alega que pagou 10 prestações do consórcio totalizando R\$ 3.759,03 e por motivo de não dispor de recursos financeiros deixou de adimplir o restante das parcelas. Assegura que a requerida se nega a reembolsá-la não restando alternativa a não ser propor a presente demanda. Requereu a procedência da ação condenando à administradora ré a restituição e devidas correções. A inicial veio instruída por documentos às fls. 09/10.

Devidamente citada a requerida apresentou

**1001030-82.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação alegando preliminarmente sua ilegitimidade passiva e carência de ação por falta de interesse de agir/impossibilidade jurídica do pedido ante ao fato de não haver resistência da sua parte; como é apenas uma representante do grupo, não pode suportar eventual condenação até porque outros integrantes serão prejudicados se houver restituição dos valores. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 146/148.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 152. A autora informou não possuir interesse em produção de provas à fls. 155 e a requerida manifestou interesse no julgamento antecipado da lide à fls. 153.

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO**, no estado, por se tratar de questão exclusivamente de direito.

A preliminar de ilegitimidade passiva não prospera.

Ainda que que realizada a contratação por intermédio de empresa representante, tratando-se da administradora do consórcio e sendo a signatária da avença com o autor (fls. 137), a ré **BRADESCO CONSÓRCIOS** é parte legítima para figurar no polo passivo do processo.

A preliminar de carência de ação, por impossibilidade jurídica do pedido, levantada na contestação também não comporta acolhimento.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Como ensina José Roberto dos Santos Bedaque, *“demanda juridicamente impossível significa ser irrelevante eventual controvérsia fática, pois a improcedência pode ser afirmada desde logo, por manifesta colidência com a ordem jurídica”* (**Efetividade do Processo e Técnica Processual**, 2a ed., Malheiros, p. 280).

No caso em tela, o pedido de tutela jurisdicional não se mostra, *a priori*, afastado pelo ordenamento jurídico. Ao contrário, o exercício da pretensão encontra guarida nas normas jurídicas de direito material.

\*\*\*\*

Passo à análise do mérito.

Em se tratando de desistência do consumidor em continuar no grupo de consórcio de produtos duráveis, após o pagamento de algumas parcelas, há na Lei 8.078/90 dispositivo específico regulamentando a necessidade da devolução das quantias já pagas. De fato, prescreve o artigo 52, parágrafo 2º que “nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo”.

A matéria relativa ao prazo para restituição dos valores pagos por consorciado desistente foi objeto de decisão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.  
JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO.

1. Para efeitos o art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas **não de imediato, e sim até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano.**
2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido (REsp n. 1.119.300 – RS, Rel. Min. Luís Felipe Salomão – Segunda Seção – j. 14.4/2010)

Para que possa a administradora verificar a existência de **prejuízos ao grupo** com a desistência, **mister que ele esteja encerrado**, porque, do contrário, não será possível realizar a compensação prevista na Lei.

Assim, ao contrário do afirmado pela autora, a cláusula atacada não é contrária ao que estabelece a lei protetora do consumo, mas em concordância com ela, porque tem a finalidade de proteger **os que permaneceram no grupo e também são consumidores**.

A devolução deve ocorrer, todavia, com o desconto das taxas de administração e adesão. Também é viável a retenção pela ré dos percentuais inerentes ao seguro de vida que só incidem sobre as contribuições



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagas até a data da retirada (a partir de então a incidência é descabida – Apel. 0011326-16.2011 – 12ª C. D. Privado TJSP, j. em 08/05/2013).

Ou seja: a autora tem direito a restituição, mas deve aguardar o encerramento de grupo (que no caso ocorrerá em 34 meses, ou seja, fevereiro de 2019) para que o reembolso se concretize.

É o que fica decidido.

\*\*\*\*\*

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** para **RESCINDIR o contrato firmado entre as partes**; a devolução do montante que a autora desembolsou se dará ao final do grupo consórcio, com o desconto das taxas de administração e adesão e a retenção dos percentuais inerentes a eventual seguro de vida que só incidem sobre as contribuições pagas até a data da retirada. Incide correção monetária a partir dos respectivos desembolsos. Sobre o total, incidirão, ainda, juros somente a partir de vencido o prazo para devolução.

Caso não seja possível na época oportuna a obtenção do valor devido por simples cálculo aritmético, fica aberta a possibilidade de a sentença ser liquidada.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Fixo em R\$ 880,00 os honorários advocatícios ao procurador da autora e também em R\$ 880,00 os devidos ao procurador do réu.

**P.R.I.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 25 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**